



JORNAL DO SINDIPETRO

PARANÁ E SANTA CATARINA

Informativo do Sindicato dos Petroleiros do Paraná e Santa Catarina | Ano XXIX | Nº 1316 | de 01 a 15/11/2013

A luta continua!



Greve de sete dias arrancou um dos melhores reajustes entre as categorias organizadas no país e avanços significativos em relação às cláusulas sociais do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT). Leilão de Libra foi um golpe duro, mas a luta contra a privatização das reservas de petróleo e gás do país, e pela derrubada do projeto de lei que escancara as terceirizações, continua.

WWW.SINDIPETROPRSC.ORG.BR

➔ CATEGORIA EM LUTA!

Greve em defesa da soberania energética do país e dos direitos trabalhistas!

A greve dos petroleiros, iniciada à zero hora do dia 17 de outubro, paralisou as atividades no Sistema Petrobrás em todo país, as exceções foram bases de quatro sindicatos não filiados à FUP. Foram sete dias de um movimento acima de tudo político, que, em plena campanha reivindicatória, superou questões corporativas para fazer o enfrentamento à privatização do campo de Libra, a maior reserva de petróleo descoberta na área do pré-sal, com potencial de 15 bilhões de barris, e ao Projeto de Lei Nº 4330, que escancarou as terceirizações, acabando com a responsabilidade solidária do contratante (leia-se legalização do calor) e permitindo as subcontratações infinitas, inclusive nas atividades-fim das empresas.

Apesar de todo esforço e disposição de luta, o campo de Libra foi leiloado. Mesmo

assim, a categoria não se abateu e intensificou a greve. O resultado foi um dos maiores índices de reajustes conquistados entre as categorias profissionais organizadas e uma série de avanços em relação às cláusulas sociais no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2013/2015.

Se a greve, as ações jurídicas e os fortes protestos articulados com os movimentos sociais não conseguiram barrar o leilão, a mobilização não ser taxada de derrotada. O debate sobre a importância das reservas naturais para a soberania nacional foi pautado na sociedade e a luta contra os leilões do petróleo apenas começou. O desafio agora é envolver cada vez mais o povo brasileiro na disputa pela soberania energética. Novos leilões estão previsto e é preciso conquistar cada vez mais mentes e corações nesta batalha.


TEPAR

TEFRAN
REPAR

TEJAÍ

SIX

TEMIRIM


As conquistas da greve

Ganhos econômicos

- Reajuste de 6,09% das tabelas de salário básico.
- Reajuste de 8,56% na RMNR, o que representa ganho real entre 1,82% e 2,36%.
- Abono salarial de uma remuneração, sendo que o menor valor pago será de R\$ 7.200,00.
- Reajuste de 8,56% dos adicionais, gratificações, benefícios educacionais e do Programa

Jovem Universitário.

- Reajuste de 10,24% do auxílio alimentação.
- Extensão para os aposentados e pensionistas dos três níveis conquistados pelos trabalhadores da ativa nos acordos de 2004, 2005 e 2006. A efetivação dessa conquista será através de celebração de acordos nos autos das ações transitadas em julgado, com decisões favoráveis. Para os demais casos, a Petrobrás apresentará uma proposta em até 180 dias.
- Pagamento de 100% das horas extras dos trabalhadores da manutenção e do regime administrativo.
- Pagamento das horas extras do feriado de 21 de abril para os trabalhadores em regimes especiais, garantindo, assim, a retomada das dobradinhas (extra-turno) de todos os feriados nacionais laicos.

Dias parados

- Abono de metade dos dias parados e compensação do restante, com o compromisso da Petrobrás e subsidiárias de que não haverá reflexos dos dias parados, nem punições contra os grevistas.

Terceirização

- Implementação do fundo garantidor, através do compromisso da Petrobrás exigir das empresas prestadoras de serviço caução, seguro garantia ou depósito bancário no valor equivalente entre 1% e 5% do montante global do contrato.

Garantir que todos os postos de fiscalização de contratos sejam exercidos por trabalhadores próprios.

PCAC

- Implementação a partir de julho de 2014 do avanço automático de Plano para Sênior nas carreiras de nível médio no final da faixa, nos mesmos moldes do que já é praticado para os trabalhadores Júnior.

Benefício Farmácia

- A Petrobrás concordou com o pleito da FUP de custeio integral dos medicamentos para todos os trabalhadores, aposentados e pensionistas. A empresa cobrará um desconto fixo mensal de R\$ 2,36 a R\$ 14,17, de acordo com a faixa de renda. A Transpetro e a Petrobrás Biocombustível se comprometem a implementar o benefício para todos os seus trabalhadores, inclusive aposentados e pensionistas.
- O desconto fixo mensal será feito por dependente e titular, no sistema de mutualismo. Os aposentados serão os maiores beneficiários, já que, normalmente, consomem mais medicamentos do que os petroleiros mais jovens.
- O programa contará com vários serviços, como entrega em domicílio, aviso através do celular do horário de tomar o remédio, acompanhamento no site do benefício farmácia e várias outras informações úteis para a saúde. Caso o usuário vá a médicos diferentes e esses receitem remédios que sejam incompatíveis, o beneficiário será avisado sobre o problema.
- Outro benefício importante é o que garantirá reembolso em sete dias para os medicamentos adquiridos em farmácias que não sejam credenciadas ao programa. Atualmente, o reembolso leva 60 dias.

Vale Alimentação/Vale Refeição

- Os trabalhadores dos prédios administrativos, que não têm refeitórios, poderão optar em ficar com o atual benefício, que é o Auxílio Alimentação, que foi reajustado para R\$ 769,56, ou mudar para o Vale Refeição (cartão para carregamento de crédito), no valor de R\$ 831,16, e ainda receberá outro cartão de Vale Alimentação, para o qual poderá transferir parte do crédito do Vale Refeição (até 80% do valor). O Vale Refeição corresponde a um reajuste de 19,06%, em relação ao antigo valor do Auxílio Refeição. Além disso, ao optar pelo Vale Refeição, o trabalhador não sofrerá desconto de imposto, tendo assim um ganho maior.

AMS

- Implantação de auxílio cuidador, na forma de reembolso de um salário mínimo nacional, para beneficiários incapacitados por deficiência, inscritos no Programa de Assistência Especial (PAE).
- Implantação de auxílio cuidador na forma de reembolso de um salário mínimo nacional para o beneficiário idoso com mais de 60 anos de idade, que esteja com suas capacidades funcionais comprometidas (mobilidade, higiene, alimentação, uso de medicamento), comprovadas através da Medida de Independência Funcional (MIF) do Ministério da Saúde.
- Concessão de até 100 glicofitas por mês para pacientes diabéticos insulino-dependentes, com reembolso custeado pelo Pequeno Risco.



- Alterações na estrutura do Plano 28, previamente acordadas com os representantes dos trabalhadores, com a finalidade de atender aos pleitos sindicais e às exigências da Agência Nacional de Saúde, que não permite tratamentos diferenciados entre beneficiários de um mesmo plano.
 - Extensão da AMS para os aposentados, pensionistas (e seus dependentes) da Transpetro e da Petrobrás Biocombustível até junho de 2014.
- Reajuste médio de 28% das tabelas de odontologia para adequação dos valores aos praticados no mercado.

Benefícios

- Extensão do Programa Jovem Universitário para todos os cursos de nível superior e ampliação para mais um mês em cada semestre da cobertura das despesas com compras de livros dos estudantes de universidades privadas.
- Licença paternidade de 10 dias, extensão da licença maternidade para as mães de prematuros pelo mesmo período em que o bebê permanecer internado após o parto
- Extensão do auxílio creche para empregados com filhos de 3 meses a 36 meses de idade, a partir de janeiro 2014.
- Extensão da licença maternidade para mães de prematuros pelo mesmo período em que o bebê permanecer internado após o parto. Essa conquista já passa a valer no momento da assinatura do ACT para as licenças já em curso.

Petros

- Plano Petros-2 - a Petrobrás implantará alternativa, opcional ao participante, para reduzir o impacto da defasagem de implantação entre o Plano Petros 2 e a opção pelo BPO, considerando a diferença das contribuições realizadas nesse período.
- A Petrobrás Biocombustível se compromete a tomar todas as providências necessárias para viabilizar o pagamento, em 2014, do serviço passado aos empregados que ingressaram no Plano Petros-2 até 90 dias após a sua implantação na empresa.
- Compromisso da Petrobrás em envidar todos os esforços necessários para restabelecimento do convênio com o INSS para pagamento dos benefícios da Petros.

Regimes e jornadas

- Elaboração, na Comissão de Regimes, de um acordo nacional para os trabalhadores que atuam nas paradas de manutenção.
- A Petrobrás se compromete a implementar em 90 dias ação para que nenhum trabalhador de regime especial seja negativado na volta das férias.
- Implantação de novas regras para o horário flexível em que o excedente ao limite de 112 horas seja pago como hora extra. O saldo negativo superior a 32 horas poderá ser compensado num prazo de 90 dias.
- Restringir as viagens a serviço para que ocorram somente durante a jornada de trabalho. Quando não for possível, serão limitadas a no máximo 4 horas e pagas como HE.

Anistia

- Será constituída uma comissão paritária (trabalhadores e empresa) para acompanhar os processos em tramitação dos anistiados do Sistema Petrobrás, visando agilizar o retorno desses trabalhadores.

Assédio moral

- Petrobrás produzirá e disseminará materiais informativos voltados para a prevenção de práticas de assédios moral e sexual, bem como discriminação de gênero e étnico/racial.

Mobilidade

- Nas situações de transferência, a Petrobrás compatibilizará as necessidades dos trabalhadores com as da empresa, de forma a priorizar a unidade familiar.

Diversidade

- Garantia para trabalhadora grávida ou que esteja amamentando exerça suas atividades em áreas fora de risco relacionado à gravidez ou ao aleitamento, sem prejuízo dos seus adicionais e/ou condições de trabalho.
- Implementação do Programa de Abordagem à Deficiência na Gestão de Pessoas, visando melhorias das condições de trabalho e inclusão dos empregados com deficiência. A Petrobrás também concordou em discutir as demandas dos trabalhadores com deficiência na Comissão de Acompanhamento do Acordo Coletivo.

Companheiro é companheiro...

O resto da frase, que virou até letra de música, você já sabe, mas é sempre bom lembrar que enquanto petroleiros e petroleiras que horam as botas que vestem aderiram à greve e lutaram bravamente por conquistas para todos; alguns poucos envergonharam a categoria e furaram o movimento. Como ratos que buscam refúgio nos esgotos, se esconderam dentro das unidades para assumir as operações, mesmo sabendo dos riscos, e, assim, faturar horas-extras e letras para subir na carreira. Valores como dignidade e solidariedade são considerados pelos pelegos como coisas fúteis. Entendem, se esforçam e vivem apenas em busca de dinheiro. Para este fim, aceitam serem capachos de superiores, passam vergonha pública ao furarem movimentos e são exemplos perfeitos de covardes.

Graças aos pelegos, e somente a eles, as conquistas da greve não foram ainda maiores. A pusilanimidade desses traidores impediu o controle de produção pelos trabalhadores e prejudicou os impactos do movimento na empresa. Infelizmente, os benefícios da paralisação são de todos e pelegos, caros companheiros, não têm vergonha na cara para usufruir das conquistas que por moral não lhes pertencem.



A luta continua...

Intensificar o combate ao PL 4330

O Projeto de Lei Nº 4330/2004, de autoria do empresário do ramo da alimentação Sandro Mabel, deputado federal pelo PMDBGO, motivou uma grande mobilização da classe trabalhadora porque escancara as terceirizações e precariza as condições de trabalho no Brasil.

As manifestações dos militantes da CUT impediram a votação e, por consequência, a aprovação do PL 4330 na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) da Câmara Federal. Foi feito um acordo entre as bancadas do PT, PCdoB e outros parlamentares de outras siglas que defendem os interesses da classe trabalhadora para que o projeto não seja votado.

No dia 15 de outubro acabou o prazo adicional de cinco sessões determinado pela mesa da Câmara para a votação do projeto. Como isso não ocorreu, a Casa seguiu o trâmite e encaminhou o PL 4330 para a Coordenação de Comissões Permanentes (CCP). Isso significa que o projeto está pronto para ir ao plenário e pode acontecer a qualquer momento. Tudo depende apenas do presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN).

Portanto, é preciso intensificar as mobilizações contra o fatídico PL 4330 a fim de barrá-lo definitivamente. A orientação é para que a pressão em cima dos deputados federais nos estados continue. No site do Sindicato há uma relação com os nomes e contatos dos deputados federais do Paraná e Santa Catarina. Envie e-mails, telefone e cobre dos parlamentares a derrubada do PL 4330.

O projeto permite que até as atividades-fim das empresas sejam terceirizadas e acaba com a responsabilidade solidária das empresas contratantes. De acordo com um estudo de 2011 da CUT e Dieese, o trabalhador terceirizado fica 2,6 anos a menos no emprego, tem uma jornada de três horas a mais semanalmente e ganha 27% a menos. A cada 10 acidentes de trabalho, oito ocorrem entre terceirizados.

Por conta desse cenário devastador, além de todas as centrais, a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), a maior parte ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e presidentes e corregedores dos tribunais regionais do Trabalho também afirmaram publicamente posição contrária à proposta.

Todo empenho contra os leilões!

O enfrentamento ao leilão de Libra unificou petroleiros e mais de 80 organizações populares e sindicais em uma ampla jornada de lutas, intensificada nos meses de setembro e outubro. Uma mobilização que despertou os brasileiros para um tema que até então se restringia às militâncias sindicais, alguns movimentos sociais e especialistas do setor.

Diversos setores da sociedade se solidarizaram com a luta da categoria, ampliando o debate sobre a destinação do pré-sal e o seu modelo de produção. Em Brasília, o front de luta foi o acampamento montado pela FUP em conjunto com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), aliados históricos nas lutas contra os leilões de petróleo. De lá, foram organizadas ocupações de prédios do governo e ações no Congresso para buscar apoio dos parlamentares contra o leilão de Libra. Nas principais capitais do país, os sindicatos da FUP retomaram os comitês regionais de defesa da soberania. Foram realizados vários debates, reuniões de estudo, seminários, audiências públicas, em um esforço conjunto das militâncias para ampliar a luta contra a privatização do petróleo.

Os sindicatos de petroleiros filiados à FUP também buscaram através do judiciário a suspensão do leilão de Libra, ingressando com Ações Cíveis Públicas nos principais estados do país. Até o último instante, os petroleiros e os movimentos sociais e sindicais se mobilizaram para defender a soberania nacional. Apesar do governo ter mantido o leilão de Libra, a FUP e seus sindicatos fizeram a disputa em todas as esferas, inclusive no próprio governo, dando exemplo de organização e resistência.

Outras rodadas de licitações da ANP estão por vir e a ação organizada e continuada dos petroleiros e movimentos sociais é fundamental para a soberania do país.

